

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Civil

Pessoa Jurídica

Período 2010 - 2016

1) Comissão Examinadora – Juiz Federal – TRF – 4ª Região (2012)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I. A recepção de lei ordinária como lei complementar pela Constituição posterior a ela só ocorre com relação aos seus dispositivos em vigor quando da promulgação desta, não havendo que se pretender a ocorrência de efeito repristinatório, porque o nosso sistema jurídico, salvo disposição em contrário, não admite a repristinação.

II. Em nosso ordenamento jurídico, é vedada a aplicação retroativa da lei, salvo em relação às leis penais mais benéficas.

III. O pseudônimo goza da mesma proteção que se dá ao nome quando adotado para atividades lícitas, e, por isso, quando notório, o seu uso sem autorização do titular implica perdas e danos.

IV. A desconsideração da personalidade jurídica denominada "inversa" não tem sido admitida pelo Superior Tribunal de Justiça à minguada de disposição legal que a preveja.

V. É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

2) ESAF - Fiscal de Rendas do Município do Rio de Janeiro (2010)

Assinale a opção correta.

a) O registro da pessoa jurídica declarará o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

b) A capacidade de fato ou de exercício é inerente a todo o ser humano, já que é a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações.

c) As pessoas com mais de 70 anos são consideradas relativamente incapazes, pois a lei presume que elas não têm o necessário discernimento para praticar os atos da vida civil.

d) O recém-nascido, por não poder exercer pessoalmente os atos da vida civil, não pode ter direitos e obrigações de qualquer espécie.

e) Os funcionários públicos consideram-se domiciliados no lugar onde exercem suas funções, mesmo que periódicas ou temporárias.

3) FEPESE - Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEF - SC (2010)

Assinale a alternativa incorreta.

- a) Chama-se coisa julgada a decisão de que já não caiba recurso.
- b) A União é pessoa jurídica de direito público interno.
- c) As sociedades são pessoas jurídicas de direito privado.

d) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, somente nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.

e) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitado o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

4) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 6ª Região (2010)

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. A sentença judicial declaratória da ausência enseja a presunção juris tantum da morte (ou seja, admite prova em contrário) e não precisa ser levada para registro no Cartório de Registros Públicos.

II. A fundação pode ser instituída tanto por pessoa física como por pessoa jurídica.

III. Os surdos-mudos são considerados relativamente incapazes.

IV. Quanto ao domicílio, em nosso sistema legal, uma pessoa pode tê-lo sem ter residência.

V. Os frutos e os produtos se caracterizam pela periodicidade, pela inalterabilidade da substância e pela separabilidade da coisa principal.

- a) As assertivas II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) As assertivas I, III e V estão incorretas.
- d) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- e) Apenas a assertiva II está incorreta.

5) CETRO - Analista Administrativo - ANVISA (2013)

Sobre as pessoas, é correto afirmar que

- a) o nascituro tem resguardados seus direitos, logo tem personalidade.
- b) a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.
- c) é vedada a disposição gratuita do próprio corpo com objetivos exclusivamente científicos.
- d) o paciente plenamente capaz poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes a tratamento médico que possa lhe causar risco de vida no curso de quaisquer procedimentos médicos.
- e) as associações não podem desenvolver atividade econômica.

6) FCC - Analista Judiciário - TRT - 2ª Região (2014)

No jornal da Capital "Semanário da Zona Leste", foram publicadas em editorial denúncias graves contra o restaurante "Alho e Óleo", afirmando sua falta de condições sanitárias, em razão das quais seu movimento de clientes caiu por volta de 50%. Meses mais tarde, prova-se que as denúncias eram falsas, mas parte da clientela jamais retornou. Nessas circunstâncias, poderá o advogado do restaurante, ao acionar o jornal,

- a) pleitear apenas danos materiais, pois os danos morais são cabíveis exclusivamente às pessoas naturais ou físicas, inexistindo atributos da personalidade às pessoas jurídicas nesse sentido.
- b) pleitear tanto danos materiais, pelo que o restaurante deixou de lucrar, como danos morais, pois

peças jurídicas também possuem atributos da personalidade e, no caso, foi lesada sua honra objetiva.

- c) pleitear apenas danos morais, pela lesão à honra objetiva da pessoa jurídica, que, no caso, englobam os danos materiais, não podendo ser cumulados.
- d) pleitear danos materiais por lucros cessantes e por danos emergentes, bem como danos morais por lesão à honra objetiva e subjetiva da pessoa jurídica.
- e) nada poderá fazer, judicialmente, pois o direito de crítica jornalística é amplo, não respondendo o jornal pela falsidade posteriormente verificada da notícia que fez veicular, ainda que em editorial que explicita seu posicionamento sobre a matéria.

7) CESPE – Juiz de Direito - TJ - DFT (2014)

De acordo com o disposto no Código Civil e com o entendimento jurisprudencial predominante no STJ, assinale a opção correta.

- a) A decisão que reconhece a aquisição da propriedade de bem imóvel por usucapião não desconstitui hipoteca judicial que tenha gravado anteriormente o referido bem, onerando o novo proprietário.
- b) Na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica de sociedade limitada modesta, com apenas dois sócios detentores, cada um deles, de 50% do capital social, não é possível responsabilizar pelas dívidas dessa sociedade o sócio que, de acordo com o contrato social, não exerça funções de gerência ou administração.
- c) Empresa jornalística tem o dever de indenizar caso divulgue fatos investigativos que envolvam pessoa física que seja posteriormente absolvida judicialmente.
- d) A responsabilidade da imprensa pelas informações por ela veiculadas é de caráter subjetivo, não se cogitando a aplicação da teoria do risco ou a responsabilidade objetiva.
- e) A alteração de regimento interno de condomínio edilício depende de votação com observância do quórum mínimo de dois terços dos condôminos, nos termos do disposto no Código Civil.

8) FGV - Auditor Fiscal Tributário da Receita da Prefeitura Municipal de Cuiabá (2014)

Os direitos da personalidade foram disciplinados no Código Civil de 2002 de forma não taxativa.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Numa situação hipotética, é possível uma ex-noiva ingressar, a qualquer momento, com ação de ressarcimento por danos morais contra seu ex-noivo, que desistiu de casar no momento da cerimônia religiosa, diante dos convidados que lotaram a igreja no dia 25 de janeiro de 2004.
- II. Os dispositivos legais destinados à proteção dos direitos da personalidade aplicam-se integralmente às pessoas jurídicas de direito privado, desde que não tenham qualquer finalidade lucrativa, enquanto às demais pessoas jurídicas só se confere proteção para lesão a direitos patrimoniais.
- III. Júlia, apresentadora de programa infantil, poderá recorrer ao Poder Judiciário para impedir que um jornal de grande circulação publique matéria contendo fotos íntimas que foram divulgadas sem a sua autorização. Caso não tome providências para impedir a notícia, Júlia poderá pleitear indenização pelos danos morais e materiais decorrentes da publicação.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

9) FDC - Auditor Técnico de Tributos Municipais – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2012)

Joaquim, estudante secundarista ligado à UNE, decide criar partido político de esquerda, para concorrer nas eleições para a Prefeitura. Para tanto, coleta assinaturas e promove o registro nos órgãos competentes. Apesar do empenho, o partido político não chega a eleger representantes políticos. O Tribunal Regional Eleitoral, tempos depois, decide inspecionar cuidadosamente a pessoa jurídica criada e percebe um defeito no respectivo ato de registro, cuja publicação de inscrição ocorreu há dois anos. Diante disso, o Tribunal Regional Eleitoral deve agir da seguinte forma quanto à manutenção ou não do registro e em função do seguinte prazo de decadência do direito de anulá-lo:

- a) manter o registro – um ano
- b) anular o registro – dez anos
- c) anular o registro – três anos
- d) anular o registro – cinco anos
- e) manter o registro – seis meses

10) ESAF - Analista de Comércio Exterior (2012)

Sobre as pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- a) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, cabendo ao poder público conceder ou negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- b) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações e os partidos políticos.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado, entre outras, as sociedades civis, religiosas, científicas, literárias e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional.
- d) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- e) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

11) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)

Julgue o item a seguir, a respeito de conflito e eficácia das leis, pessoas naturais e jurídicas, bens públicos, prescrição e decadência.

As associações, PJ de direito privado, exercem atividades não econômicas, ou seja, ela não tem interesse em repartir o lucro, porém, não está impedida de gerar renda com o objetivo de manter suas atividades.

- Certo
 Errado

12) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)

Com relação ao direito civil, julgue o item subsequente.

Empresário individual é pessoa física que exerce pessoalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços. O estabelecimento é exigência a ser cumprida por empresário individual.

- Certo
 Errado

13) CESPE - Juiz Estadual - TJ - BA (2012)

A respeito das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- a) A quebra de affectio societatis mostra-se causa suficiente à exclusão de sócio minoritário.
- b) As novas disposições sobre a desconsideração da personalidade jurídica constantes no Código Civil implicaram mudança nas disposições relativas a essa matéria constantes no CDC.
- c) A fundação constituída inter vivos será extinta se o instituidor não lhe transferir a propriedade do bem dotado.
- d) Na transformação, é extinta a personalidade anterior à alteração para o novo modelo societário.
- e) Na interpretação das normas relativas à empresa, deve-se considerar o princípio da função social.

14) FCC - Defensor Pública DPGE - RS (2011)

Atenção: Para responder à questão assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.

Pessoas jurídicas de direito privado, seu processo de personificação e desconsideração de sua personalidade jurídica.

- a) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- b) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, sendo exigível, em regra, autorização estatal para a sua criação e personificação.
- c) Nos termos do Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica exige a comprovação de fraude ou abuso de direito, sendo prescindível, nesses casos, a demonstração de insolvência da pessoa jurídica, mas necessária a prova da má-fé do sócio gestor.
- d) É cabível a desconsideração da personalidade jurídica "inversa", visando a alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.
- e) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não alcança as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos.

15) FCC – Analista Judiciário - TRE - RS (2010)

Segundo o artigo 45 do Código Civil brasileiro “começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo”. O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, está sujeito ao prazo

- a) decadencial de cinco anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- b) decadencial de três anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- c) prescricional de dois anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- d) decadencial de cinco anos contado o prazo do ato de inscrição no respectivo registro.
- e) prescricional de um ano contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

16) FCC – Analista Judiciário - TRE – AP (2011)

Considere as seguintes entidades com abrangência nacional:

- I. Igreja São Marcos Divino.
- II. Associação Pública “Venceremos”.
- III. Partido Político ABC.
- IV. Autarquia XYZ.

Neste caso, são pessoas jurídicas de direito público interno, SOMENTE

- a) III e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e IV.
- e) I e II.

17) VUNESP – Analista de Promotoria - MP - SP (2010)

Assinale a alternativa correta sobre o destino dos bens de uma associação, quando de sua dissolução, se o seu estatuto é omissivo a respeito.

- a) Destinar-se-ão à Fazenda Pública.
- b) Serão entregues aos herdeiros dos associados.
- c) Serão repartidos entre os associados sobreviventes.
- d) Serão destinados à entidades de fins não econômicos indicadas, necessariamente, pelo Ministério Público.
- e) Destinar-se-ão, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

18) FCC - Analista Judiciário - TRT - 6ª Região (2012)

São pessoas jurídicas de direito público interno

- a) as fundações.
- b) as autarquias.
- c) somente os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- d) as sociedades de economia mista.
- e) as empresas públicas.

19) CESPE - Técnico Judiciário - TJ - DFT (2013)

Em relação a pessoas jurídicas, pessoas naturais e bens, julgue o item a seguir.

São duas as possibilidades de extinção da pessoa jurídica, na forma convencionada nos atos constitutivos ou por determinação judicial, não havendo, no Brasil, possibilidade de extinção de sociedade privada por ato da administração pública.

- Certo
- Errado

20) CESPE - Técnico Judiciário - TJ - DFT (2013)

Em relação a pessoas jurídicas, pessoas naturais e bens, julgue o item a seguir.

Os direitos da personalidade não se aplicam à pessoa jurídica.

- Certo
- Errado

21) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 8ª Região (2011)

Marque a alternativa CORRETA:

- a) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória do ausente só produzirá efeito cento e vinte dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se fosse falecido.
- b) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.
- c) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro próprio.
- d) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

e) São livres a criação, a organização e a estruturação interna das organizações religiosas, dependendo seu funcionamento de autorização pelo poder público, com o posterior registro dos atos constitutivos.

22) CESPE - Analista do Ministério do Público da União - MPU (2013)

Julgue o item que se segue, referente à pessoa jurídica.

A pessoa jurídica pode sofrer dano moral nos casos de violação à sua honra subjetiva.

- Certo
 Errado

23) CESPE - Analista Judiciário - TRT - 10ª Região (2013)

Acerca de pessoa jurídica, prescrição e decadência, julgue o próximo item.

O partido político é pessoa jurídica de direito público constituída sob a forma de associação.

- Certo
 Errado

24) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 2ª Região (2011)

Assinale a alternativa incorreta, observados os termos do Código Civil:

- a) As pessoas jurídicas são de direito público externo e interno e de direito privado.
b) As associações, as sociedades e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.
c) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
e) Os estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público são pessoas jurídicas de direito público externo.

25) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 2ª Região (2012)

Em se tratando de pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) A decretação da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica pressupõe a existência de fraudes a credores.
b) A pessoa jurídica tem direito a pleitear reparação por danos morais.
c) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
d) A pessoa jurídica de direito privado adquire a sua personalidade jurídica mediante a assinatura do contrato social.

e) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação da lei.

26) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 2ª Região (2012)

À luz do Código Civil, sobre as pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- a) Nas pessoas jurídicas constituídas sob a forma de associações, não há entre os associados direitos e obrigações recíprocas.
- b) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do respectivo ato, contado o prazo da data da sua inscrição no registro.
- c) A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica implica na sua despersonalização para todo e qualquer fim.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica gera responsabilização patrimonial dos administradores, jamais estendendo os efeitos das obrigações da pessoa jurídica ao patrimônio dos sócios não administradores.
- e) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvando direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte deles, apenas dolo.

27) FCC - Procurador da Assembleia Legislativa da Paraíba - AL - PB (2013)

Quanto às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, autarquias e todas as fundações.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades empresariais.
- c) Tendo a pessoa jurídica administração coletiva, as decisões serão tomadas por unanimidade, a não ser que seu ato constitutivo disponha de modo diverso.
- d) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- e) Em razão de culpa na escolha, obrigam a pessoa jurídica quaisquer atos de seus administradores, exercidos nos limites ou não dos poderes definidos no ato constitutivo.

28) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 2ª Região (2013)

Nos termos do Código Civil em vigor, no que trata das Fundações:

- a) São pessoas jurídicas de natureza híbrida, porque podem ser administradas por particulares e por entidades públicas.
- b) Os bens que integram o patrimônio das fundações podem ser incorporados ao patrimônio de seu fundador quando de sua extinção.
- c) São constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, ficando-lhes vedada atividade ligada à assistência social, ainda que constituídas por escritura pública.

d) Assim como as associações, podem empreender atividade econômica, porque tendo natureza similar, podem destinar a renda que auferirem à consecução de seu objetivo social.

e) São pessoas jurídicas de direito privado, constituídas por escritura pública ou por testamento, restringindo-se sua atividade no cumprimento de objetivos de cunho religioso, moral, cultural ou assistencial.

29) FCC - Analista Judiciário - TRT - 1ª Região (2013)

A empresa Y, que atua no ramo de cosméticos, situada na cidade do Rio de Janeiro, tem administração coletiva exercida pelos seus dez sócios, nos termos preconizados pelo seu Estatuto Social. Em uma reunião de diretoria, a maioria dos presentes decide tomar uma decisão para o futuro da empresa que contraria o estatuto social e a lei. Neste caso, para Manoel, um dos sócios, inconformado com a decisão tomada pela diretoria da empresa, o direito de anular esta decisão decairá, de acordo com o CC, em

- a) três anos.
- b) um ano.
- c) dois anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

30) FCC Notário e Registrador - TJ - PE (2013)

Em relação às associações, é correto afirmar:

- a) A exclusão do associado depende unicamente das disposições estatutárias, podendo ocorrer por ato imotivado dos órgãos deliberativos, se assim dispuser o estatuto.
- b) Os associados devem ter iguais direitos e, em consequência, é vedado que se estabeleçam no estatuto categorias com vantagens especiais.
- c) Como regra, a qualidade de associado é transmissível livremente.
- d) Entre os associados, são estabelecidos direitos e obrigações recíprocos.
- e) Compete privativamente à assembleia geral, especialmente convocada para esses fins, destituir os administradores e alterar o estatuto associativo.

Direito Civil

Pessoa Jurídica

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 A	2 A	3 D	4 C	5 B
6 B	7 D	8 C	9 C	10 D
11 CERTO	12 CERTO	13 E	14 D	15 B
16 C	17 E	18 B	19 ERRADO	20 ERRADO
21 D	22 ERRADO	23 ERRADO	24 C	25 B
26 A	27 D	28 E	29 A	30 E